



PSD p.9

Marco António Costa em campanha eleitoral: "O PSD carrega o fardo que o PS criou"



PSD p.13

Matos Rosa participou numa arruada em Portalegre e num comício em Lagos

# Povo Livre



nº 1797

25 de Setembro de 2013

Director: Miguel Santos  
Periodicidade Semanal - Registo na ERC  
nº 105690 - Propriedade: PSD

**"Cumpriremos  
as obrigações  
assumidas"**

O Presidente do PSD numa acção de campanha em Alcanena, Santarém



Com duras críticas ao PS

# Passos Coelho arrancou em Barcelos com as suas acções de campanha num jantar de apoio a Domingos Araújo

Pedro Passos Coelho, presidente do PSD e Primeiro-Ministro, teve, no dia 18, hoje uma primeira iniciativa no período oficial de campanha com uma presença no jantar de apoio à candidatura de Domingos Araújo à Câmara Municipal de Barcelos, distrito de Braga, jantar que contou também com o coordenador permanente e porta-voz do PSD, Marco António Costa, que durante o dia tinha visitado e feito campanha em Vila Verde, Esposende e Guimarães.

Pelo CDS-PP, o dia ficou marcado pela presença do vice-presidente Pedro Mota Soares, numa iniciativa do partido em Albergaria-a-Velha, distrito de Aveiro.

O presidente do PSD e primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, teve como tónica da sua intervenção a dura crítica ao PS, por ter proposto que o défice de 2014 possa atingir "pelo menos 5%" e, sem indicar nenhuma meta temporal.

Num jantar-comício de campanha do PSD para as autárquicas, em Barcelos, Pedro Passos Coelho referiu que houve quem tivesse afirmado [Seguro e direcção do PS] que "o défice para o para o próximo ano devia ser pelo menos 5%, se puder ser mais, melhor, mas pelo menos 5%", numa alusão ao PS.

"[Os autores dessa afirmação são] exactamente os mesmos que nos acusam de não cumprir as metas e de, portanto, estarmos a fragilizar o País por a dívida



ainda estar a aumentar em vez de estar a diminuir com o excesso de despesa - os mesmos, é uma coisa extraordinária", considerou o presidente do PSD.

Sem mencionar um valor para a meta do défice de 2014 em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), Passos Coelho acrescentou: "Pois bem, o nosso grande objectivo é o de prosseguir neste rumo que temos traçado de controlar as contas públicas, gastar de acordo com as possibilidades do país".

O Presidente do PSD e também chefe do executivo PSD/CDS-PP elogiou "o exemplo de muitas câmaras municipais que ao longo destes dois anos deram um contributo líquido positivo para a redução da dívida" e perguntou: "Se as câmaras municipais podem dar esse contributo, por que não o pode dar a Administração

Central?".

"Nós temos de ser mais ambiciosos, e eu acredito que, se mantivermos a nossa determinação, um dia nos lembraremos de que passámos tempos difíceis, mas virámos a página e passámos para um patamar diferente em que o crescimento da nossa economia pode gerar confiança e emprego. Mas isso dever-se-á a quem tem a coragem de tomar as medidas que são difíceis, e não àqueles que estão sempre a pedir facilitismo e falta de rigor", concluiu Passos Coelho.

Passos Coelho sustentou que a campanha social-democrata para as eleições autárquicas de 29 de Setembro "tem vindo decorrer num crescendo muito grande" e que a fasquia eleitoral dos adversários "é cada vez mais modesta".

"Reparo que, neste caso, como em vários outros,

a nossa campanha tem vindo num crescendo muito grande", afirmou Pedro Passos Coelho, em Barcelos, concelho onde o PSD, em coligação com o CDS-PP e o PPM, pretende reconquistar a presidência da Câmara ao PS.

Perante mais de 500 pessoas, sentadas em mesas com bandeiras laranjas do PSD, azuis do PSD e verdes da candidatura local, Passos Coelho perguntou: "Recordam-se que, aqui há uns meses, era praticamente garantido que podíamos ter uma crise política no País porque o PSD ia ter derrota extraordinária, histórica, nestas eleições autárquicas?".

"E, à medida que as semanas vão passando, nós medimos o grau da nossa expectativa eleitoral pelas declarações e pela fasquia que vai sendo colocada pelos nossos concorrentes, e verificamos que a fasquia deles é cada vez mais modesta", prosseguiu, concluindo: "Não há dúvida de que uns têm uma dinâmica em crescendo e outros têm uma dinâmica em que vêm perdendo gás".

Antes, o também Primeiro-Ministro considerou que, "apesar de não poder estar todos os dias na campanha", tem "a obrigação de acompanhar e de saber o que se passa em todos os municípios" com os candidatos do PSD.

"Sei através do Marco António Costa, que me tem representado em muitas dessas actividades e que está aqui presente, assim através de muitos outros responsáveis, o que se vai passando no nosso País, nesta luta para as eleições autárquicas", acrescentou Passos Coelho.

Pedro Passos Coelho, considerou ainda que os atuais tempos de dificuldades não permitem ao Governo dizer que vai aliviar os impostos a curto prazo.

"As pessoas hoje sabem em Portugal que, no Governo, nas autarquias locais, nas regiões autónomas, nós vivemos tempos de dificuldades", durante a acção de campanha.

"Esses tempos de dificuldades não nos permitem, infelizmente, dizer que vamos aliviar a curto prazo os impostos, sendo certo que nós vivemos com impostos muito elevados", acrescentou.

Na sua intervenção, o presidente do PSD voltou a





falar na necessidade de uma “nova cultura democrática” que tenha como princípio “falar verdade” e alegou que os portugueses esperam que o Governo nacional, assim como as autarquias locais, aproveite o seu mandato “para dimensionar bem as estruturas públicas” e não deixe “as coisas na mesma”.

“Cada vez que o Estado consumir demais, são as famílias que pagam mais, seja em impostos, seja em falências, seja em desemprego”, advogou.

Passos Coelho, que na sua intervenção criticou o PS por propor uma meta de “pelo menos 5%” para o défice de 2014, sustentou que “o Estado continua a gastar mais do que deveria” e lamentou que haja quem defenda que “devia gastar ainda mais”.

O Primeiro-Ministro insistiu que o executivo PSD/CDS-PP não pode “facilitar nas políticas públicas” porque o interesse do País é “não ter de voltar a pedir à pressa dinheiro emprestado”.

Noutra crítica aos socialistas, Passos Coelho apontou-lhes uma atitude de contradição: “Tão depressa nos acusam de escondermos essas outras políticas que têm um impacto negativo como afirmam, no mesmo passo, que, mesmo sem ver, votarão contra o próximo Orçamento do Estado porque todas as medidas já são conhecidas deles... ainda antes do Governo as discutir até ao fim...”.

“Tanto nos acusam das más notícias que já são conhecidas, e por isso votam contra o Orçamento sem o conhecer, como de escondermos, afinal, as medidas e as políticas, porque lhes daria um certo prazer que as pessoas se irritassem ainda um pouco mais com o Governo para lhes dar alguns votos em cada Concelho”, reforçou, alegando que “deve haver algum desespero por ver que as pessoas não aderem já a este tipo de relação e de comunicação, e não premeiam esta maneira de estar”.

Relativamente à pretensão confessada pelo PS ao proposto que o défice de 2014 possa ser “pelo menos 5%”, sem indicar nenhuma meta, defendeu que é asneira crassa, pois agora, como nunca, é preciso rigor.

“Os que afirmam ‘o défice’ para o para o próximo ano devia ser pelo menos 5%, se puder ser mais, ainda melhor, mas pelo menos 5%”, são exactamente os mesmos que nos acusam de não cumprir as metas e de, portanto, estarmos a fragilizar o País por a dívida ainda estar a aumentar em vez de estar a diminuir com o excesso de despesa – são os mesmos!!! - é uma coisa extraordinária”, considerou o presidente do PSD.

Sem mencionar um valor para a meta do défice de 2014 em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), Passos Coelho acrescentou: “Pois bem, o nosso grande objectivo é o de prosseguir neste rumo que temos traçado de controlar as contas públicas, gastar de acordo com as possibilidades do país”.

“Nós temos de ser mais ambiciosos, e eu acredito que, se mantivermos a nossa determinação, um dia nos lembraremos de que passámos tempos difíceis, mas virámos a página e passámos para um patamar diferente em que o crescimento da nossa economia pode gerar confiança e emprego. Mas isso dever-se-á a quem tem a coragem de tomar as medidas que são difíceis, e não àqueles que estão sempre a pedir facilitismo e falta de rigor”, concluiu Passos Coelho. – Fonte: Povo Livre e Lusa

Na Malveira

“O que estamos a fazer tem um grau de dificuldade que as pessoas compreendem”



O Presidente do PSD e Primeiro-Ministro considerou, na Malveira (Mafra) que Portugal não pode passar por uma crise que conduza a eleições antecipadas, num discurso em que defendeu que é preciso manter o rumo seguido, embora ele seja difícil.

“Quero aqui hoje dizer-vos que o caminho que estamos a trilhar, não sendo fácil, não é um caminho que nós possamos abandonar”, afirmou Pedro Passos Coelho, durante um jantar de campanha do PSD para as autárquicas, na vila da Malveira, no concelho de Mafra.

Em seguida, o chefe do executivo PSD/CDS-PP falou da necessidade de evitar uma crise política: “Ainda há pouco tempo o País se apercebeu de qual poderia ser o custo de uma crise política no país. E hoje as pessoas sabem que o país não pode passar por uma crise que pudesse conduzir à instabilidade política e a eleições”.

“Por isso, o Governo está determinado em prosseguir o seu caminho”, reiterou.

Antes, Passos Coelho alegou que “as pessoas, os cidadãos, em geral, hoje têm uma grande maturidade quando olham para os problemas e para as soluções” adoptadas pelo Governo.

“Sabem que não há nenhum político à face da terra, nem nenhum governante à face da terra, que deseje outra coisa para o seu Povo e para a sua sociedade que não seja o progresso e o desenvolvimento, “mas que é mais fácil é prometer do que fazer”. E aquilo que estamos a fazer tem um grau de dificuldade que as pessoas compreendem”, reforçou.

Referindo-se à oitava e à nona avaliação do programa de resgate a Portugal, que estão em curso, o primeiro-ministro e presidente do PSD acrescentou: “Mesmo nesta fase, em que estamos a negociar os próximos meses e os próximos anos do nosso País com os nossos credores oficiais, nós não abandonamos Portugal e não nos desviaremos desta determinação de vencer esta crise e de poder construir um Portugal moderno e desenvolvido”. - Audiovisuais PSD, Lusa e Povo Livre





## O Presidente em Alcanena

# “Cumpriremos as obrigações assumidas”

O presidente do PSD e Primeiro-Ministro considerou que o Governo parece lutar sozinho contra a crise e apelou a que as divergências políticas sejam postas de lado e haja cooperação no plano nacional.

Pedro Passos Coelho retomou o tema da cooperação política durante uma homenagem a autarcas em final de mandato, em Alcanena, no distrito de Santarém, num discurso em que considerou que a nível local as diferentes forças políticas têm sabido cooperar.

“Nós precisamos também, em termos nacionais, de saber, muitas vezes, colocar as nossas diferenças de lado para poder apresentar decisões que representem um progresso para todos os cidadãos”, afirmou.

Segundo o presidente do PSD, neste “período excepcional” que Portugal atravessa, “em que o interesse nacional com certeza se sobrepõe aos olhos dos cidadãos de forma muito evidente às clivagens de natureza partidárias”, a cooperação política é ainda mais importante.

“Isso não quer dizer que possamos pensar todos da mesma maneira, defender todos as mesmas coisas, mas é importante que saibamos, em circunstâncias especiais, colocar de lado as nossas divergências e encontrar um núcleo o mais alargado possível de matérias em torno das quais nos possamos entender”, defendeu.

Passos Coelho sustentou, em seguida, que tem sido “crescentemente difícil encontrar disponibilidade, abertura, entre os partidos nacionais para poder obter uma cooperação como aquela que seria indispensável para o país”.

O chefe do executivo PSD/CDS-PP alegou que, “infelizmente, muitas vezes, a quem está atento ao debate, parece que entre o Governo e a oposição há uma diferença tal”, como “se vencer a crise fosse um bem para o Governo e um mal para a oposição”.

Essa percepção tem de mudar, acrescentou: “A determinação do Governo em ultrapassar as dificuldades que enfrentamos não pode ser entendida nem pelos portugueses, nem por aqueles que nos observam a partir do exterior como uma espécie de determinação isolada a que o país resiste”.

Passos Coelho formulou um voto de que “o debate político autárquico sirva para contagiar o debate nacional” e os agentes políticos portugueses surjam, “do ponto de vista colectivo, mais determinados em vencer a crise que vivemos do que muitas vezes parece a quem ouve o debate público”.

“Espero sinceramente que esta experiência autárquica na qual o PSD tem uma quota de responsabilidade muito elevada do ponto de vista histórico possa nestas eleições autárquicas servir no plano nacional para uma concertação estratégica entre a generalidade dos representantes do povo, dos partidos e dos deputados, do que tem acontecido até agora”, reforçou.

Ainda a propósito da cooperação política, o Primeiro-Ministro referiu que Portugal tem “um sistema constitucional equilibrado”, acrescentando: “O Governo, o parlamento, o Presidente, a verificação de constitucionalidade que cabe ao Tribunal Constitucional, tudo isso são equilíbrios, que constituem a base do nosso sistema democrático, e ainda bem que é assim”.

Por isso, prosseguiu Passos Coelho, “ninguém poderá reclamar nunca que tem toda a razão do seu lado e que a sua intervenção não deve ter limites. Tem de haver limites democráticos para a acção dos governos, para a acção dos parlamentos, para a acção de outros órgãos para as autarquias locais, não pode ser de outra maneira”.

Passos Coelho sustentou que medidas como os cortes nas pensões da função pública são decisivas para Portugal evitar um novo pedido de ajuda externa.

“Não é uma teimosia minha com os salários da função pública, não é uma teimosia minha com as pensões dos pensionistas do Estado, não é uma teimosia minha que todas as medidas que constam do acordo que nós firmámos possam ser cumpridas. Essa é a diferença entre fecharmos este programa de assistência ou podermos



ter de pedir um outro programa”, afirmou Pedro Passos Coelho.

Em seguida, o presidente do PSD perguntou se “algum dos senhores em Portugal, nesta sala ou em qualquer outra, desejaria que esse fosse o nosso resultado, o de ter de pedir novamente ajuda externa”, acrescentando: “Eu não acredito, e não acredito porque as pessoas sabem que, se isso acontecesse, ninguém nos emprestaria dinheiro se nós não cumpríssemos aquilo a que já nos comprometemos”.

O Primeiro-Ministro considerou hoje que existe preconceito dos mercados em relação a Portugal, que torna mais difícil a conclusão do actual programa de resgate e obriga a um compromisso com a meta traçada para o défice.

Pedro Passos Coelho reclamou que Portugal não tem “resultados muito diferentes daqueles que são hoje apresentados pela Irlanda”, e assinalou a diferença entre as metas do défice e entre os juros da dívida dos dois países.

“Ainda em maio deste ano os nossos juros a dez anos estavam quase a baixar a fasquia dos cinco por cento. Isso dava-nos uma perspectiva boa de fechar o actual processo de ajuda económica e financeira e de poder, com uma ajuda europeia, transitar para mercado e fechar este programa de assistência. Mas quero dizer-vos que, com juros como sete por cento, como temos tido, é mais difícil”, declarou.

O presidente do PSD e Primeiro-Ministro afirmou que o nível dos juros da dívida pública portuguesa a dez anos se deve, “em primeiro lugar”, a “algum preconceito” dos mercados em relação a Portugal, que “tem uma razão de ser”, relacionada com a história de défices sucessivos do País.

“Aqueles que chegam sempre atrasados, por melhores que sejam as razões que tenham, geram sempre em quem espera o mesmo sentimento: «...se chegaste sempre atrasado, atrasado continuarás a chegar...». Ora, nós não nos podemos atrasar”, defendeu.



“Como não nos podemos atrasar temos de mostrar a todos que estamos completamente comprometidos com a meta que traçámos, mesmo sabendo que essas metas foram várias vezes muito mais exigentes do que aquelas que eram exigidas a outros”, acrescentou.

Em reforço desta ideia, Passos Coelho afirmou: “É muito importante nesta altura, em que os mercados estão a ver se nos portamos bem ou se nos portamos mal, mostrar colectivamente - não é só o Governo, é colectivamente - que estamos muito determinados em vencer esta situação, e que o vamos conseguir, não é por causa dos nossos credores oficiais, é por nós próprios”.

Passos Coelho perguntou qual o motivo de Portugal não ser premiado pelos mercados financeiros “com taxas de juro mais baixas”, se há “sinais positivos na economia”, e deu a resposta: no seu entender, as percepções interna e externa da situação do País inverteram-se: “As pessoas cá dentro começam a perceber que finalmente a nossa economia vai melhorar, mas lá fora começa a haver dúvidas sobre se nós conseguiremos fechar este processo de programa de ajustamento”.

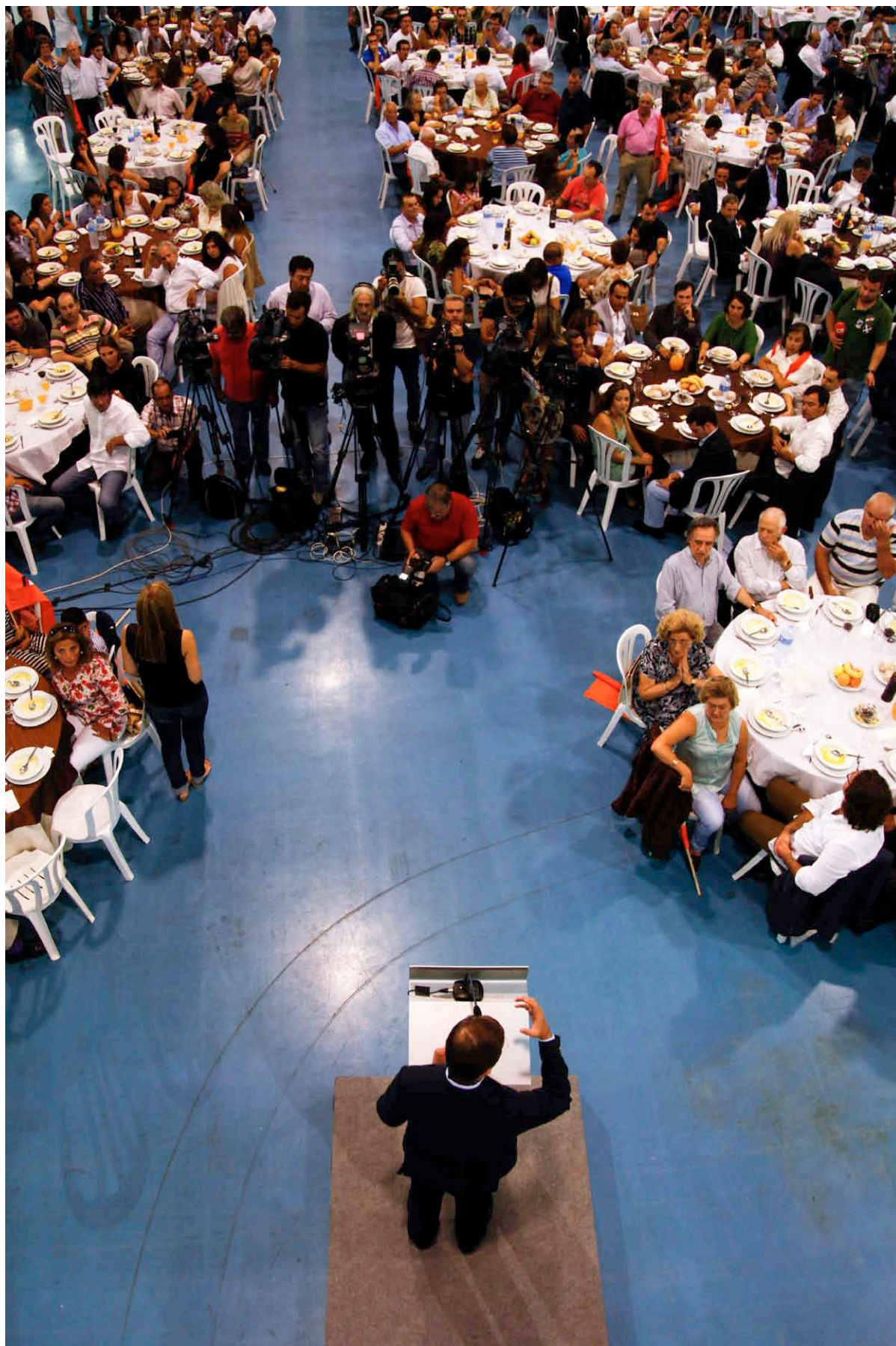
“Por que é que isso acontece? Em primeiro lugar, não tenho dúvida, porque há algum preconceito. Há uma parte que pode ser explicada por preconceito. E esse preconceito tem uma razão de ser também, não é puramente discriminatório”, prosseguiu, referindo que “... a Irlanda durante muitos anos cumpriu as suas metas orçamentais e o Estado da Irlanda não consumia tradicionalmente mais do que a riqueza que era gerada no país permitia”, ao contrário de Portugal.

“Aqueles que durante muitos anos se comportaram mal acabam por ser alvo da suspeita dos próprios mercados. E é por isso que quem não cumpriu no passado precisa de mostrar ser mais cumpridor no presente, para vencer esse preconceito”, concluiu.

Passos Coelho acentuou a diferença de metas do défice entre Portugal e a Irlanda: “O objectivo para o défice da Irlanda, sabem quanto era? Era de 7,5%. E eles vão cumprir. Se nós tivéssemos 7,5% também cumpríamos de certeza. E se tivéssemos tido 9% no ano passado também cumpríamos de certeza, e nunca precisaríamos de ter flexibilizado as metas”, sustentou.

Como explicação para esta diferença, avançou: “Quando o esforço que nos é pedido é maior do que aos outros, muitas vezes a razão de ser é o preconceito que existe, para que nós não voltemos a fazer mal como fazíamos no passado”.

«Concluo, afirmando que, infelizmente, medidas como os cortes nas pensões da função pública são decisivas para Portugal evitar um novo pedido de ajuda externa. Há ainda alguns riscos associados a medidas que constam do nosso contrato com quem nos emprestou o



dinheiro. Quando fazemos um contrato devemos cumpri-lo. Comprometemo-nos a levar a cabo uma série de medidas e temos de o fazer. A dúvida sobre se é possível ou não cumprir com essas medidas pode determinar a nossa sorte hoje», alegou, lembrando que «... a missão do Governo é resolver problemas graves, que durante muitos anos não foram enfrentados, e nestes três anos de prazo dado pelos credores internacionais de Portugal, não tivemos quase nunca a margem de manobra que gostaríamos e precisaríamos de ter.

O presidente do PSD afirmou de forma enfática, que os portugueses sabem que não existe nenhuma maneira de Governo de coligação com o CDS-PP cair, mas considerou que é preciso mostrar isso também aos parceiros europeus.

“Aqueles que pensavam que o CDS-PP e o PSD não seriam capazes de levar até ao fim este mandato de Governo, que é um mandato do interesse nacional, hoje sabem que não existe nenhuma maneira de estes dois partidos não cumprirem o seu mandato e não levarem o Governo até ao fim. Os portugueses sabem isso”, afirmou Pedro Passos Coelho.

“É importante que encontremos uma forma de mostrar também aos nossos parceiros europeus que assim

vai ser também”, acrescentou o presidente do PSD e Primeiro-Ministro. Passos Coelho fez estas afirmações já no final do seu discurso, depois de recordar o “pequeno sobressalto” que aconteceu no verão, numa alusão à crise política que envolveu um pedido de demissão do Governo do presidente do CDS-PP e então ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas.

“Deixem-me falar abertamente sobre isso. Não é por estarmos em campanha eleitoral que devemos “fazer de conta”. Nós em Julho passámos uma situação difícil”, disse o presidente do PSD, acrescentando: “Mas não há dúvida, hoje, de que o Governo saiu reforçado desta crise”.

\*

Em Alcanena, PSD e o CDS-PP têm uma candidatura de coligação à presidência da Câmara Municipal de Alcanena, encabeçada por Susana Aparício.

Na sua intervenção, Passos Coelho defendeu que as eleições autárquicas de 29 de Setembro “são, sobretudo, uma escolha para as Câmaras Municipais e para as juntas freguesia também”, e acentuou que “não são eleições para o Governo, não deixaremos que isso aconteça e saberemos separar as águas”.

- Lusa, Povo Livre, Audiovisuais PSD



# Arruada em Algueirão-Mem Martins foi um sucesso de apoio popular

A arruada, que reuniu pela primeira vez nesta campanha, Passos Coelho e Paulo Portas, com Pedro Pinto (candidato à Câmara Municipal de Sintra) e Matos Rosa (Secretário-Geral do PSD), em Algueirão-Mem Martins, talvez o mais populoso subúrbio de Sintra, foi um verdadeiro sucesso. A população aderiu, mitos vieram para a rua, as portas e janelas estavam abertas e cheias de gente, agitavam-se bandeiras e distinguia-se o carácter multirracial e fraterno desta verdadeira amostragem da população do Concelho, que o ainda Presidente, Fernando Seara, há algum tempo definiu como “o mais africano dos Concelhos de Portugal”.

Muito se dirigiram ao Presidente do PSD e Primeiro-Ministro, cumprimentando-o e fazendo-lhe perguntas, sempre com amabilidade e pacificamente,

Passos Coelho, entre outros diálogos, ouviu queixas de uma idosa com quem conversou alguns minutos, discutindo o valor das pensões, o preço dos medicamentos e a situação do País, diálogo esse que foi abundantemente transmitido pela Informação e de que se pode facilmente concluir da deficiência de informação, que leva muitas vezes ao alarmismo, explorado sem ética por sectores da oposição.

Pedro Passos Coelho e Paulo Portas estavam em Sintra, para apoiar a coligação PSD/CDS-PP/MPT à presidência da Câmara deste concelho, encabeçada por Pedro Pinto.

A caminhada nas ruas do Algueirão terminaria no Pavilhão dos Bombeiros e decorreu ao ritmo de sons africanos do movimento “Há Sintra na Linha”, que “infectou” todos e deu um passo mais alegre e ritmado à arruada.

Já no final do percurso, Passos Coelho encontrou outra cidadã de meia-idade, que lhe manifestou o seu apoio, incitando-o: “vamos para a frente”, e a quem respondeu: “Sabe como se diz na minha terra, não é? Para trás /.../ a burra. O nosso caminho é sempre para a frente”.

## Pedro Pinto e os dois líderes partidários manifestam confiança e muito trabalho

Já no Pavilhão dos Bombeiros, completamente cheio, terminado o percurso de rua, o candidato a da coligação PSD/CDS-PP, Pedro Pinto, afirmou que Basílio Horta (PS) é o seu adversário nas eleições autárquicas que se realizam a 29 de Setembro.

“A primeira coisa que vamos ter de fazer é vencer no próximo domingo o nosso principal, e praticamente único adversário, que é o Basílio Horta. E eu não o vejo em Sintra”, disse Pedro Pinto.

O candidato da coligação Sintra Pode Mais (PSD/CDS-PP/MPT) perante algumas centenas de pessoas, afirmou que, se vencer as eleições, pretende ser um “parceiro do poder central”, ao qual vai oferecer edifícios municipais para instalar, por exemplo, centros de saúde, mas também referiu a existência da Base Aérea nº1, onde pretende que seja instalado um aeroporto para voos de baixo custo.

“Eu quero ser um parceiro do poder central, e eu tenho coisas para oferecer ao poder central. Tenho hoje sítios para instalar centros de saúde que estão com condições degradadas. Pois eu vou oferece-los ao poder central e a única coisa que têm que fazer é equipá-los”, disse o candidato durante o discurso, ao mesmo tempo que se virava na direcção do Primeiro-Ministro.

Pedro Pinto afirmou ainda que o seu projecto autárquico está orientado para três objectivos principais: os desempregados, que necessitam de uma resposta mais rápida, os jovens e os idosos.

“Porque nós queremos igualdade de oportunidades. Queremos que não continue a acontecer, como aquela miúda da Guiné, que vimos a chorar, porque os pais ainda não estavam legalizados e ela chorava porque dizia que



não podia ir à escola. Conosco no município, não fica ninguém sem ir à escola, seja branco, preto, amarelo ou azul”, disse.

## Passos Coelho confiante defende melhor cobertura noticiosa de campanhas que “a todos interessam”

Momentos antes, Pedro Passos Coelho afirmou que “não há dúvida” que é possível “cada vez mais acreditar que esta coligação será bem-sucedida em Sintra”.

“Tenho a certeza que os sintrenses, como eu, que aqui voto também, não serão surpreendidos negativamente no dia a seguir às eleições. “Sintra Pode Mais”, irá mais longe com Pedro Pinto e estou aqui também, como todos estes homens, mulheres e jovens que aqui estão, para te apoiar a dizer-te que não só acredito em ti, como tenho muita confiança que vais ser Presidente da Câmara”, disse o Primeiro-Ministro.

Por sua vez, o presidente do PSD, que vota no concelho de Sintra, lembrou que conhece Pedro Pinto “há

mais de 30 anos” e descreveu-o como “um grande líder”, alguém que “nunca baixa os braços” até conseguir aquilo que promete e “um homem tolerante”.

Pedro Passos Coelho, defendeu ainda a alteração da lei sobre a cobertura mediática das eleições, que considerou ter-se revelado “inadequada aos tempos presentes”.

Pedro Passos Coelho assumiu esta posição no seu discurso, afirmando que a campanha tinha sido “sui generis”, devido ao limitado acompanhamento televisivo.

“É uma situação que eu espero sinceramente que não se volte a repetir no nosso País. E que possamos, nos casos em que a mediação e a intermediação da comunicação social é determinante e essencial, que ela possa efectivamente estar ao serviço de escolhas informadas para os nossos concelhos”, afirmou.

“Espero que isso seja possível de fazer no futuro, e que as diferenças entre os partidos não nos impeçam de alterar uma lei que se revelou não estar adequada aos tempos presentes”, acrescentou o presidente do PSD.

Pedro Passos Coelho referiu que, “por mais que se procure chegar fisicamente a todos, não é possível” e descreveu as consequências do acompanhamento televisivo: “Nós temos de fazer o dobro, o triplo do esforço, dado que o principal meio que nos permite chegar às



peçoas, que é a televisão, não tem condições para reportar a campanha autárquica”.

“Chegámos, portanto, a esta situação ‘sui generis’, de estarmos na campanha autárquica, a querer escolher os melhores para liderar os nossos concelhos; e as notícias só poderem abranger os aspectos que não estão relacionados nem com as nossas escolhas nem com os nossos concelhos”, lamentou.

## A intervenção de Paulo Portas

Por seu lado, Paulo Portas, Presidente do CDS-PP, defendeu “a continuidade da AD em Sintra” e à medida que se aproxima a eleição, não “embarcar em aventuras”, sugerindo à candidatura de Pedro Pinto que deixe os outros pensar que têm vitória “no papo”; e trabalhar até Domingo.

Paulo Portas fez este apelo ao voto na coligação PSD/CDS-PP/MPT na sua primeira acção de campanha autárquica conjunta.

Rodeados de repórteres de imagem, Paulo Portas e Pedro Passos Coelho cumprimentaram-se com sorrisos e um abraço cordial, depois de o presidente do PSD ter caminhado ao lado de Pedro Pinto até às instalações dos bombeiros.

A seguir, juntamente com Pedro Pinto e o presidente do Movimento Partido da Terra (MPT), John Rosas Baker, Paulo Portas e Pedro Passos Coelho subiram ao palco para quatro curtos discursos.

Na sua intervenção, Paulo Portas elogiou a “obra feita” nos últimos anos “numa aliança que aqui em Sintra funcionou bem e por isso pode e deve ser replicada”, numa alusão à gestão de Fernando Seara, que agora é candidato à Câmara de Lisboa.

“Ao elogiar a honestidade e a sensibilidade social com que o Fernando Seara governou Sintra eu estou, por um lado, a dar uma boa razão para votar nele em Lisboa e, por outro, a dar outra boa razão para garantir a continuidade da AD aqui em Sintra para garantir a continuidade de boas políticas que aqui tiveram lugar”, considerou Paulo Portas.

“É importante, para não haver aventuras no concelho, garantir a continuidade da coligação”, acrescentou.

O presidente do CDS-PP afirmou que “a energia” de Pedro Pinto “está a dar a volta àqueles que precipitadamente achavam que esta eleição estava decidida” e no final deixou as seguintes recomendações: “Falar com as pessoas, com humildade e naturalidade, aceitar as críticas, propor soluções, não ofender os adversários, deixar a outros a ideia de que a vitória está garantida e trabalharmos como formiguinhas, para no domingo podermos vencer”. – Fontes: Povo Livre, Lusa, Audiovisuais PSD

## Pedro Pinto está confiante na vitória eleitoral autárquica



O candidato da coligação PSD/CDS-PP à Câmara de Sintra, Pedro Pinto, manifestou-se, no dia 18, “seguro” da vitória nas eleições de 29 de Setembro, adiantando ser “o mais preparado” para concretizar um projecto de desenvolvimento económico que crie empregos.

“Estou seguro da minha vitória, vê-se pelo ambiente das ruas, das pessoas. Sintra é um município único no país e precisa de um projecto de desenvolvimento realmente muito forte, precisa de uma governação. Sintra é maior do que muitos países. Portanto, isto não é para qualquer um”, disse o candidato durante uma arruada na cidade de Queluz.

O também vice-presidente do PSD adiantou que Sintra precisa de alguém “preparado para governar, que tenha uma grande experiência autárquica, mas que, ao mesmo tempo, tenha conhecimento do poder central e conhecimento internacional, nomeadamente no que diz respeito à utilização dos fundos comunitários”.

Pedro Pinto afirmou que a multiculturalidade do concelho “é de uma riqueza incalculável”, adiantando que um futuro presidente da Câmara não “pode vir para este município aprender, porque o modelo de desenvolvimento do país mudou e o de Sintra também”.

“Acabou o período das rotundas e dos fontanários e, portanto, temos de pensar em desenvolvimento puro.

Porque o primeiro problema de Sintra chama-se desemprego. Temos 26 mil desempregados”, disse.

O candidato da coligação “Sintra Pode Mais” reafirmou que pretende promover um projecto de desenvolvimento económico que vise criar empregos, nomeadamente através da aposta no turismo e na duplicação do número de camas e hotéis, bem como a instalação de uma feira popular numa das freguesias.

Pedro Pinto acrescentou que estas duas apostas terão como “efeito quase imediato” a criação de três mil postos de trabalho, o que, face aos 26 mil desempregados do concelho, representaria uma diminuição do desemprego superior a dez por cento.

“A segunda linha de aposta no desenvolvimento passa pela segurança, porque as pessoas só fazem cá hotéis e os turistas só vêm para cá se Sintra for segura. É por isso que defendo aumentar o número de carros de polícia, com ofertas do município, irá surgir a videovigilância e vão reaparecer os guardas-nocturnos, o que criará mais postos de trabalho”, afirmou.

A Câmara de Sintra é ainda presidida por Fernando Seara, eleito pela coligação Mais Sintra (PSD/CDS-PP). O actual executivo é composto por seis elementos da coligação PSD/CDS-PP, quatro do PS e um da CDU - Fonte: Lusa





## Conselho de Ministros de 19 de Setembro de 2013

1. O Conselho de Ministros aprovou uma alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, visando regular em termos concretos a realização da prova de avaliação de conhecimentos e capacidades para a docência nos estabelecimentos públicos, já prevista naquele Estatuto.

A realização de uma prova visa assegurar mecanismos de regulação da qualidade do exercício de funções docentes, garantindo a comprovação dos necessários conhecimentos e capacidades transversais à lecionação de qualquer disciplina, área disciplinar ou nível de ensino, bem como o domínio dos conhecimentos e capacidades específicos essenciais para a docência em cada grupo de recrutamento e nível de ensino.

No mesmo sentido, foi também aprovada uma alteração ao decreto regulamentar que estabelece o regime da prova de avaliação de conhecimentos e capacidades prevista no Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.

2. O Conselho de Ministros aprovou a alteração da Lei Orgânica do Banco de Portugal, adaptando-a aos desenvolvimentos verificados na ordem jurídica da União Europeia em matéria de criação da União Bancária.

No seguimento das Conclusões do Conselho Europeu e da Declaração da Cimeira da Área do Euro de junho de 2012, a Comissão Europeia apresentou um pacote de propostas legislativas referente à criação de um Mecanismo Único de Supervisão, composto pelo Banco Central Europeu (BCE) e pelas autoridades nacionais de supervisão bancária.

O BCE desempenhará, ao abrigo deste novo mecanismo, um conjunto importante de funções de supervisão prudencial de instituições de crédito. Haverá, porém, uma distribuição articulada de tarefas entre o BCE e as autoridades de supervisão nacionais - entre as quais se inclui o Banco de Portugal, que é a autoridade nacional responsável pela supervisão das instituições de crédito. Neste contexto, torna-se necessário alterar a Lei Orgânica do Banco de Portugal, a fim de salvaguardar a sua participação no Mecanismo Único de Supervisão.

Aproveita-se ainda para, no cumprimento das recomendações do Comité Europeu do Risco Sistémico (CERS), atribuir explicitamente ao Banco de Portugal as funções de definição e condução da política macroprudencial, com o objetivo de conferir certeza jurídica a este regime e eliminar quaisquer dúvidas interpretativas.

3. O Conselho de Ministros procedeu ainda a alterações ao Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, ampliando as funções deste órgão para acomodar explicitamente a sua intervenção consultiva em funções de supervisão macroprudencial.

O CNSF passará a reunir com uma composição diferenciada consoante estejam em causa matérias relacionadas com a supervisão micro ou macroprudencial.

4. O Conselho de Ministros aprovou o valor unitário das ações integradas no lote reservado a trabalhadores da ANA - Aeroportos de Portugal, S.A., a alienar por oferta pública de venda. O valor é fixado em 26,76 euros, que corresponde a um desconto de 5% relativamente ao valor da venda por negociação particular.

O período da oferta pública de venda dirigida aos trabalhadores é de 10 dias úteis e as ações estão sujeitas ao regime de indisponibilidade por um prazo de três meses.

5. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que reconhece o interesse público do ISLA - Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia, com a natureza de estabelecimento de ensino superior politécnico.

Esta instituição de ensino superior privada sucede ao Instituto Superior de Línguas e Administração de Vila Nova de Gaia, anteriormente reconhecido como estabelecimento de ensino superior universitário. – Gab. C. M<sup>os</sup>.



Marco António Costa em campanha eleitoral

## “O PSD carrega o fardo que o PS criou”

O porta-voz do PSD considerou que o líder parlamentar do PS deve desculpar-se por ter pedido a demissão da ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, com base numa afirmação que “não corresponde à verdade”.

Marco António Costa aproveitou uma acção de campanha autárquica em Celorico da Beira para defender que a afirmação do ex-presidente da Estradas de Portugal, Almerindo Marques feita na segunda-feira no parlamento, atribuindo a Maria Luís Albuquerque um “parecer favorável” a um contrato ‘swap’ daquela empresa, “não corresponde à verdade”, conforme “hoje foi esclarecido com documentos”.

“Espero que o líder parlamentar do PS tenha o bom senso de vir publicamente pedir desculpa, face aos documentos que foram hoje publicitados, e dizer que afinal se tinha enganado e que mais uma vez correu atrás de uma qualquer informação, não pesando o sentido da responsabilidade”, acrescentou.

O porta-voz do PSD disse depois que estava a referir-se a documentos citados na nota do Ministério das Finanças e anteriormente remetidos à comissão parlamentar de inquérito sobre os contractos financeiros de alto risco (‘swap’).

Num curto discurso em que não falou de questões locais, Marco António Costa acusou o PS de ter ido “a correr atrás dessa afirmação, procurando ampliar e amplificar essa afirmação, procurando retirar daí consequências políticas e procurando atacar a dignidade institucional, política e profissional da senhora ministra das Finanças”.

O porta-voz do PSD lamentou que esta “campanha contra a ministra de Estado e das Finanças” tenha sido lançada precisamente “na semana em que está cá presente a ‘troika’” e “em que se joga o tudo por tudo” para que “Portugal se liberte” dela.

Marco António Costa alegou que o PS tem recorrido à agressividade e a ataques pessoais durante esta campanha autárquica, sem apontar casos concretos.

“Eu penso que eu próprio não chegarei ao fim desta campanha sem ser alvo de uns mimos, por via directa ou indirecta”, observou, em seguida.

O porta-voz do PSD, que está a fazer uma volta de campanha autárquica tinha começado o dia em Trancoso, seguindo depois para a Guarda, Seia e Celorico da Beira. Marco António Costa fez percursos rápidos, de alguns minutos a pé, nestes locais, acompanhado de apoiantes.

O porta-voz do PSD, Marco António Costa, lembrou que acusou hoje o Fundo Monetário Internacional (FMI) tem feito “afirmações de flexibilidade muito louváveis em relatórios”, mas tem sido “inflexível” nas negociações.

Segundo Marco António Costa, “não é por isso que o Governo deixou de ter nos últimos dois anos uma atitude de “permanente determinação em lutar pelos interesses de Portugal”, tendo com isso conseguido “a extensão das maturidades, a redução das taxas de juro e a redução dos objectivos do défice”.

O porta-voz do PSD falava aos jornalistas no final da visita a uma empresa da freguesia de Arcozelo, no Concelho de Vila-Verde, reagindo a um “relatório do FMI que se preocupa, aparentemente, com os excessos de austeridade” mas depois, no concreto, na postura que revelam na mesa das negociações, na atitude que assumem no dia-a-dia de relacionamento com os estados, com os governos que têm de lidar com o FMI, o que mostram é uma atitude muito pouco flexível”.

Marco António Costa, acusou também o PS de ter proposto a flexibilização da meta do défice de 2014 para 5% do Produto Interno Bruto (PIB), uma afirmação de “puro eleitoralismo”.

“Julgo que o PS sabe que a discussão que tem existido é à volta dos 4,5%. O PS quis ser mais eleitoralista e, portanto, veio propor 5%. O PS anda nesta procura de cata-vento de campanha eleitoral para obter, em todos os



seus procedimentos, ganhos eleitorais”, declarou. Marco António Costa sugeriu aos jornalistas que consultassem a proposta inicial do chamado PEC IV “do PS e de atuais dirigentes do défice relativamente aos objectivos do défice” para 2014 e 2015.

Chamou a atenção para o que é isso significaria de políticas de austeridade, até ao dia de hoje e nomeadamente no próximo ano, para se atingirem esses objectivos”, que eram os propalados na altura pelos socialistas.

“Trata-se, sem dúvida, de um bom exercício. Recordar, neste caso, também é viver. É viver a realidade de um Governo do PS e de um PS, no seu todo, que se apresentava com um objectivo de défice de 1% no PEC IV, de um PS e de um Governo que considerava que era possível fazer esta redução num reduzidíssimo tempo”,

disse Marco António Costa.

O dirigente social-democrata acrescentou que “o mesmo PS, pouco tempo depois” mudou de posição, “sempre num discurso - particularmente em campanha eleitoral - de facilidades e num discurso de completa indisponibilidade para o diálogo e a concertação estratégica”.

Segundo Marco António, o Governo PSD/CDS-PP tem sido “o mais exigente possível na defesa dos interesses de Portugal” nas negociações com a ‘troika’, “procurando antes resultados em vez de fazer proclamações com objectivos de falsificar o sentir das pessoas, em condições eleitorais”.

Para ilustrar essa “atitude inflexível”, Marco António Costa referiu que “ainda há dias os parceiros sociais





sairam altamente descontentes do contacto que tiveram com os representantes da 'troika' [FMI, Comissão Europeia e Banco Central Europeu]".

No relatório em causa, hoje divulgado, analistas do FMI consideram que "em muitos Países os desequilíbrios orçamentais são de tal magnitude que atacá-los no curto prazo exigiria um ajustamento numa escala que teria um impacto dramático na actividade económica e que iria ter consequências devastadoras na provisão de serviços pelos governos.

Os mesmos analistas sustentam, depois, que "mesmo os países que estão sob pressão por parte dos mercados devem ter 'limites de velocidade' que determinem o seu ritmo de ajustamento desejável".

### Em Arcozelo (Vila Verde)

O porta-voz e Coordenador Permanente do PSD, voltou a acusar o PS de ter proposto a flexibilização da meta do défice de 2014 para 5% do Produto Interno Bruto (PIB), por eleitoralismo.

"Julgo que o PS sabe que a discussão que tem existido é à volta dos 4,5%. O PS quis ser mais eleitoralista e, portanto - já o disse antes - veio propor 5%. O PS anda nesta procura de temas favoráveis embora enganosos - de campanha eleitoral para obter em todos os seus procedimentos ganhos eleitorais", declarou.

### Na Covilhã

Marco António reafirmou - referindo-se ao destino da maioria das próximas verbas do QREN - que os próximos fundos comunitários vão concentrar-se no norte, no centro e no interior do país e não em Lisboa, "como era tradição com o PS".

Num comício de campanha, num anfiteatro ao ar livre, na Covilhã, Marco António Costa defendeu que o actual executivo PSD/CSD-PP dá "prioridade absoluta" ao interior, com acções concretas, enquanto outros falam, mas nada fizeram para o desenvolver.

O porta-voz do PSD apontou o quadro de fundos comunitários 2013-2020, como "uma oportunidade extraordinária" e "única na história" para o investimento no "desenvolvimento integrado" de Portugal, que "terá disponíveis nos próximos sete anos mais de 20 mil milhões de euros".

"Mas esse dinheiro, que é fundamental para um desenvolvimento harmonioso do País, estará mais de 90% concentrado no norte, no centro, nesta região, e não em Lisboa como era tradição com o PS", afirmou.

Marco António Costa, que passou o dia no distrito de Castelo Branco, acrescentou que "esta região merecerá atenção especial desse quadro comunitário, porque o Governo de Portugal assim o decidiu, privilegiando o

### Em Esposende

O dirigente social-democrata sustentou que os presidentes do PSD, Pedro Passos Coelho, e do CDS-PP, Paulo Portas, estão menos presentes na campanha autárquica porque "colocam os interesses de Estado à frente dos interesses partidários".

Marco António Costa, que está a fazer uma volta de campanha para as autárquicas de dia 29, dedicou este dia ao distrito de Braga com passagem pelos concelhos de Vila Verde, Esposende, Guimarães e Barcelos, onde esteve à noite, num comício que contou com a presença de Pedro Passos Coelho.

Segundo o porta-voz dos sociais-democratas, Passos Coelho e Portas não têm "a possibilidade de fazer uma campanha tão intensa como tem o líder da oposição, que está todos os dias no terreno, como é legítimo que aconteça", porque, "obviamente", enquanto Primeiro-Ministro e vice-Primeiro-Ministro, "colocam em primeiro lugar os interesses de Estado, à frente dos interesses partidários".

Questionado se não sente a ausência do CDS-PP nesta campanha autárquica, o porta-voz do PSD respondeu que tem havido dirigentes centristas "a participar em iniciativas" em locais onde os dois partidos concorrem em coligação, dando como exemplo a presença de Nuno



desenvolvimento destas regiões interiores do país em detrimento das capitais e em detrimento do litoral".

Disse ainda que o dinheiro do próximo quadro comunitário, "contrariamente àquilo que no passado aconteceu com o PS, não será utilizado para construir obras megalómanas, que depois custam também muito dinheiro", mas sim para que "o tecido empresarial se fortaleça, para que haja mais emprego, para que haja mais inclusão social, para que haja mais desenvolvimento social".

Alegando que "há para aí uns políticos que falam do interior, mas quando foram Governo nada fizeram para desenvolver o interior, aquilo que fizeram foi apostar essencialmente no litoral", Marco António Costa concluiu: "Uns falam, os outros fazem. Nós somos dos que fazemos, somos dos que realizamos, somos dos que concretizamos".

Nesta passagem pelo distrito de Castelo Branco, onde o ex-primeiro-ministro, José Sócrates, viveu e iniciou a sua actividade política, o porta-voz do PSD apontou o dedo ao passado, falando em "hecatombe" e "pesadelo colectivo" para descrever a anterior governação socialista.

Melo num jantar de campanha na Trofa, ao lado do social-democrata Luís Marques Mendes.

"Tem havido uma presença do CDS e onde existem coligações, sentimos que as coisas estão a correr muito bem", afirmou Marco António Costa.

"O líder do partido é vice-Primeiro-Ministro, tem feito aparições públicas como presidente do CDS - não me cabe a mim, obviamente, comentar isso -, mas gostava de recordar aos senhores jornalistas que quer o Primeiro-Ministro, quer o vice-Primeiro-Ministro têm uma agenda oficial muito exigente, muito rigorosa, que obriga a que se concentrem naquilo que é verdadeiramente importante: a salvaguarda dos interesses de Portugal e o trabalho que estão a fazer nas respectivas funções de Estado", acrescentou.

Desde domingo, Marco António Costa passou, sobretudo, por localidades do interior, nos distritos de Vila Real, Bragança e Guarda, onde realizou acções de campanha, junto de dirigentes e candidatos do PSD locais e curtos percursos a pé.

O Coordenador Permanente e Porta-Voz da Direcção Nacional do PSD visitou duas empresas localizadas na





freguesia de Arcozelo, no concelho de Vila Verde, uma de separação de lixo para reciclagem, em fase de ampliação, e outra de confecção de material desportivo, ambas exportadoras.

“São exemplos de pequenas unidades industriais espalhadas por este País que estão a adaptar-se, estão a enfrentar o mercado global, estão a afirmar-se e, acima de tudo, estão a dar um sinal muito importante”, considerou Marco António Costa, apontando a existência de “sinais positivos das exportações” e o “crescimento económico no terceiro trimestre” como elementos, ou melhor, como indicações positivas de “uma inversão de ciclo”.

De Vila Verde, Marco António Costa seguiu para o concelho de Esposende, tendo visitado a Santa Casa da Misericórdia de Fão, e de lá para Guimarães, para uma visita à Associação de Paralisia Cerebral.

Em Alcanede (concelho de Santarém), o porta-voz do PSD, defendeu que é estratégico para Portugal melhorar os acessos a localidades como Alcanede, uma freguesia no concelho de Santarém, através de “pequenos investimentos que podem fazer a diferença”.

Depois de um almoço tardio na Feira Empresarial de Alcanede, a cerca de 25 quilómetros de Santarém, Marco António Costa fez um discurso ao ar livre perante candidatos e apoiantes locais, em que criticou a aposta do PS na alta velocidade ferroviária (TGV).

“Como era importante fazer um investimento aqui que desencravasse esta região, que ligasse, do ponto de vista viário, esta região com Santarém ou com Alcanede, que tornasse possível que esta região, que é uma região importante, estratégica, uma região de vocação exportadora, não estivesse como que isolada sob o ponto de vista dos acessos”, afirmou.

Segundo o porta-voz do PSD, o anterior Governo do PS apresentou o TGV como “um investimento estratégico”, mas “tratava-se de um investimento táctico”, era “não passava de uma obra ‘para inglês ver’, um sorvedouro inexaurível de dinheiro, que nunca poderia ter resultados de exploração positivos e que teria custos de implantação e manutenção de biliões de euros, numa altura em que nem havia em cofre meia dúzia sequer, de milhões e a bancarrota se aproximava a passos largos...”.

“Estratégico teria sido investir em estradas que ajudassem regiões, como esta onde nós estamos, para facilitar, para permitir, a exportação dos produtos que aqui tem, que são produtos de riqueza. Quaisquer 0,5% do investimento do TGV permitiria que esta zona pudesse, sob o ponto de vista económico e social, explodir e desenvolver-se de uma forma muito significativa”, afirmou.

Marco António Costa referiu depois que conhece “outra área parecida” com Alcanede, “a zona de Alpendorada, no Marco de Canaveses”, que também “está encravada, sem acessos, precisando de pequenos investimentos, mas que fazem a diferença relativamente ao futuro e à capacidade exportadora dessa região”.

“É uma zona exportadora de granito, uma zona importantíssima, similar a esta, que também só precisa de uma pequena obra do IC 35 para tornar possível que as centenas de camiões que todos os dias percorrem



aquelas estradas, o possam fazer de forma mais eficiente, ganhando com isso a economia, o País, e o desenvolvimento harmonioso das nossas regiões”, acrescentou.

De acordo com o porta-voz e Coordenador do PSD, Portugal não precisa de “obras megalómanas”, mas de “investimentos para o português utilizar, para o português potenciar”, que sirvam de “alavanca de apoio ao desenvolvimento de outras actividades económicas importantes” e promovam “um novo ciclo de crescimento sustentado”.

O dirigente social-democrata considerou que os homens e mulheres de Alcanede, “particularmente aqueles que trabalham na actividade económica ligada à extracção e transformação da matéria-prima extraída das pedreiras”, são “heróis anónimos”, porque “nunca olham para as dificuldades com falta de ânimo, apesar de não terem estradas, de não terem atenção, apesar de lhes terem prometido que o TGV ia passar aqui ao lado e nunca terem visto nenhum TGV”.

No seu entender, o executivo PSD/CDS-PP fez bem em constituir “uma equipa de estratégia, recentemente criada pelo secretário de Estado dos Transportes e das Infra-estruturas, que pense bem onde o dinheiro deve ser investido, que olhe bem onde se pode e deve fazer o investimento em infra-estruturas rodoviárias, infra-estruturas ferroviárias”.

O dirigente social-democrata descreveu o PS actual como um partido “perdido, confuso, com um discurso ziguezagueante, completamente à toa, como um camião desgovernado por uma ribanceira abaixo” e, que, em matéria de obras públicas, “não compreende quando o Governo de Portugal diz que, havendo recursos escassos para investir em termos de infra-estruturas, que não se faça isto de qualquer maneira”.

Marco António Costa, venceu a ideia de que “Portugal carrega um pesado fardo”, já denunciado pelo anterior

Presidente da República Jorge Sampaio; e culpou o PS por esse “fardo”.

O porta-voz e Coordenador do PSD assinalou que “ainda há poucos dias o senhor doutor Jorge Sampaio, ex-Presidente da República, um homem insuspeito, de esquerda, que foi secretário-geral do PS, presidente da Câmara de Lisboa, disse e afirmou que Portugal tem um pesado fardo, e que esta oitava e nona avaliação, sem dúvida, era um momento decisivo para o País”.

O porta-voz do PSD acrescentou que não podia “estar mais de acordo com o senhor ex-Presidente da República doutor Jorge Sampaio”.

A seguir, apontou o dedo à anterior governação socialista: “O pesado fardo que o país carrega é um fardo que não foi construído nem agregado por este Governo, é um fardo que este Governo herdou, mas que não rejeita a responsabilidade de transportar às costas, em nome do interesse de Portugal”.

“O PS fica à toa quando nos ouve com este discurso positivo, quando nós carregamos um fardo que não fomos nós que criámos, mas que o carregamos com este ânimo, com esta determinação. O PS está muito habituado a não querer carregar fardos, a esperar que

seja sempre historicamente o PSD a ter de carregar os fardos”, alegou.

Marco António Costa referia-se a declarações de Jorge Sampaio feitas na quarta-feira, em Sintra, a propósito do processo de avaliação do programa de resgate a Portugal que está em curso.

“Temos um pesado fardo em cima de nós, convém ter essa noção”, disse, na altura, o antigo Presidente da República, que considerou necessário equilibrar “a indispensabilidade do crescimento com aquilo que tem de ser o rigor das contas”, o que qualificou de “um desafio muito difícil”, mas ao qual Portugal não pode fugir.

Segundo o porta-voz do PSD, quando o PS esteve no Governo “confundiu-se desenvolvimento com construção desenfreada, confundiu-se estratégia com táctica e acima de tudo confundiu-se algo que é muito importante, que é enriquecimento com endividamento”.

“E hoje o fardo que nós temos é o pesado fardo de uma dívida de um País que durante seis anos, de alguma forma, não aproveitou as oportunidades que lhe foram colocadas, nomeadamente oportunidades assentes em juros muito baixos, num quadro comunitário de apoio que disponibilizava um conjunto significativo de verbas importantes para o desenvolvimento estratégico do país”, concluiu.

Marco António Costa sustentou que, depois dos “zigzagues” dos últimos anos, agora “Portugal está no rumo certo”.

No âmbito da sua volta de campanha para as autárquicas de 29 de Setembro, o porta-voz do PSD participou hoje de manhã numa acção de rua em Algés, para apoiar o candidato do partido ao concelho de Oeiras, antes de se deslocar para o concelho de Santarém. – Povo Livre, com Lusa



# Moita Flores quer estreitar relações com instituições científicas de qualidade

O candidato do PSD à Câmara de Oeiras, Francisco Moita Flores, disse no dia 18 que vai, caso vença as eleições, estreitar as relações entre as empresas do Concelho com as principais instituições científicas do país.

Moita Flores, que visitou as instalações da Fundação Champalimaud, já fora do concelho de Oeiras, sublinhou a importância de se alargar a rede de contactos entre empresas e instituições, a fim de se aumentar o emprego.

“Eu não faço política com limites de fronteira. A Fundação Champalimaud, ainda que já pertença ao concelho de Lisboa, é uma das mais conceituadas [instituições científicas] do País e é uma boa oportunidade para a comunidade científica que temos em Oeiras”, afirmou.

O candidato do PSD adiantou que, caso seja eleito presidente da Câmara de Oeiras, vai criar um concelho municipal de Ciência, Conhecimento e Empresas, cujo objectivo é estreitar a colaboração entre os centros de produção científica e as empresas do concelho.

Recebido por Leonor Bezeza, a presidente da Fundação Champalimaud, Moita Flores disse ter ficado satisfeito com a disponibilidade mostrada para essa colaboração.

“Essa hipótese de trabalho em conjunto foi recebida de braços abertos e por isso saio daqui muito satisfeito”, concluiu.- Fonte: Lusa



O candidato do PSD à Câmara de Oeiras, Francisco Moita Flores, disse no dia 18 que vai, caso vença as eleições, estreitar as relações entre as empresas do Concelho com as principais instituições científicas do país.

Moita Flores, que hoje visitou as instalações da Fundação Champalimaud, já fora do concelho de Oeiras, sublinhou a importância de se alargar a rede de contactos entre empresas e instituições, a fim de se aumentar o emprego.

“Eu não faço política com limites de fronteira. A Fundação Champalimaud, ainda que já pertença ao concelho de Lisboa, é uma das mais conceituadas [instituições científicas] do País e é uma boa oportunidade para a comunidade científica que temos em Oeiras”, afirmou.

O candidato do PSD adiantou que, caso seja eleito presidente da Câmara de Oeiras, vai criar um concelho municipal de Ciência, Conhecimento e Empresas, cujo objectivo é estreitar a colaboração entre os centros de produção científica e as empresas do concelho.

Recebido por Leonor Bezeza, a presidente da Fundação Champalimaud, Moita Flores disse ter ficado satisfeito com a disponibilidade mostrada para essa colaboração.

“Essa hipótese de trabalho em conjunto foi recebida de braços abertos e por isso saio daqui muito satisfeito”, concluiu.- Fonte: Lusa

# Coligação PSD/CDS-PP quer concretizar os projectos aeronáuticos prometidos para Beja

O candidato da coligação PSD/CDS-PP à Câmara de Beja, no dia 18, acusou a liderança autárquica PS de falta de “abertura necessária” à instalação de empresas aeronáuticas na cidade.

“Tem havido uma série de constrangimentos e não tem havido o correcto aproveitamento das potencialidades do aeroporto [de Beja]

O candidato falava numa conferência de imprensa, em Beja, que serviu para apresentar o programa eleitoral da candidatura da coligação PSD/CDS-PP para a corrida eleitoral às autárquicas do próximo dia 29.

Segundo João Pedro Caeiro, a proposta eleitoral do executivo PS da autarquia para transformar Beja na capital da aeronáutica “não deu em nada”, mas a cidade tem “capacidade” para a instalação de empresas do sector aeronáutico, “desde que haja boa vontade por parte da câmara”.

“Não tem havido, até agora, da parte da câmara, a abertura necessária para o efeito”, acusou João Pedro Caeiro, referindo que, tal como o PSD/Beja tem vindo a exigir desde 2005, quer e exige no programa eleitoral “uma nova centralidade” para Beja como “cidade aeronáutica”.

“Devemos exigir essa centralidade e não deixar que alguns ‘lobbies’ mais fortes do que aqueles que se verificam na nossa região levem esses investimentos [instalação de empresas aeronáuticas] para outras regiões do país”, defendeu.

Segundo João Pedro Caeiro, o programa eleitoral da candidatura da coligação PSD/CDS-PP à Câmara de Beja é “exequível”, “não tem promessas demagógicas” e assenta em cinco áreas, propondo “mais” social, associativismo, cultura, economia e urbanismo. – Fonte: Lusa





# Matos Rosa participou numa arruada em Portalegre e num comício em Lagos



No passado Domingo, José Matos Rosa, Secretário-Geral do PSD e candidato à Assembleia Municipal de Portalegre, participou numa arruada em Fortios, que foi recebida com grande interesse e participação pelos moradores daquela vila.

Para além do Secretário-Geral do PSD e Candidato à Assembleia Municipal, a população nas ruas e casas, teve a oportunidade de interpelar e dialogar com Jaime Azedo, Candidato à Câmara, e também com os candidatos às Juntas de Freguesia de Fortios, Reguengo e São Julião.

Mais um dia da candidatura "Portalegre com Orgulho", mais um dia em que os candidatos puderam estar perto dos seus conterrâneos populações, ouvindo-os falar livremente dos seus anseios e preocupações.

Matos Rosa, um portalegrense que tem orgulho nas suas origens, bateu a portas, falou com transeuntes, distribuiu folhetos informativos e considerou, com justiça, que a arruada tinha sido muito bem-sucedida.



maioria que merece, nas urnas."

"E o Dr. José Valentim Rosado é um candidato com um currículo único, que merece o respeito e a confiança de todos!"

"Estou certo que, de acordo com o vosso "slogan" de campanha, no dia 29 vão Resolver Lagos!"

\*

Matos Rosa tinha, antes, marcado presença em Alcanena, acompanhando o Presidente Passos Coelho, na grande acção de campanha que ali se realizou.

Matos Rosa visitou também a Cova da Moura, onde conversou com dirigentes locais e responsáveis por organizações não-governamentais, que exercem a sua acção de assistência e apoio, naquele bairro.

Audiovisuais PSD

## Presença em Lagos num jantar/comício

Após a arruada entusiástica de Fortios (Portalegre), o Secretário-Geral Matos Rosa esteve presente mais a Sul, em Lagos, para apoiar o candidato local, Nuno Serafim, uma aposta social-democrata, em que o Partido confia e que leva consigo a esperança de todos.

Em Lagos, numa reunião/comício e jantar – numa grande sala que estava completamente cheia de militantes e simpatizantes – Matos Rosa teve ocasião de manifestar a sua confiança pessoal e institucional no candidato Nuno Serafim que – disse – "...no dia 29 será o Presidente de todos os lacobricenses, pois as suas propostas políticas, a sua força pessoal, lhe trarão a





# Seara defende “pontes entre gerações” e respeito pelos mais velhos

O candidato à presidência da Câmara de Lisboa pela coligação PSD/CDS-PP/MPT, Fernando Seara, defendeu na semana passada que o apoio social é a “prioridade de Lisboa” e que a cidade precisa de pontes entre “avós e netos”.

“Sentimos claramente, mais que uma vez - e confirmámos no terreno - que o apoio social tem de ser a prioridade de Lisboa”, disse o candidato da coligação PSD/CDS-PP/MPT no final de uma visita à associação “Inválidos do Comércio” e ao Centro Social da Musgueira.

Para Fernando Seara, há que ter “consciência de que a população idosa de Lisboa precisa de espaços de lazer e entretenimento, sem esquecer a componente intelectual”.

Nesse sentido, considerou que a Câmara tem de definir essa matéria como “prioridade municipal, em parceria com as juntas de freguesia, e fazer uma ponte entre os avós e os netos”.

“Mais de 12% da população de Lisboa tem mais de 75 anos e é bom ter a noção de que isso implica apoio social contínuo, afectação de verbas, criação de espaços e situações de centros de dia, consciência da articulação entre a câmara, cada uma das freguesias, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Segurança Social”, sublinhou.

“Se não fizermos isso, não temos capacidade de reconhecer as urgências que Lisboa tem”, acrescentou Fernando Seara.

O social-democrata classificou ainda o Centro Social da Musgueira como uma “referência de excelência” e defendeu que “faltam espaços como este, porventura, multiplicados” em Lisboa.



Inaugurado a 9 de Setembro pelo actual presidente da câmara, António Costa, o Centro Social da Musgueira alberga um jardim-de-infância com capacidade para 100 crianças, ATL, salas de estudo, centro de dia, serviço de apoio domiciliário e formação profissional.

Quanto à limpeza, e referindo-se à promessa do candidato do PS, de uma cidade mais limpa com a passagem da competência da higiene urbana para as juntas de freguesia a partir de 2014, Fernando Seara disse julgar que “a prioridade de limpeza de qualquer Presidente da Câmara era ao fim de cada dia e não era uma promessa para o princípio do ano que vem...”.

“A limpeza é uma responsabilidade das autarquias, é uma responsabilidade quotidiana. Anunciar que é só para 1 de Janeiro não tem problemas para mim, porque eu, quando for eleito presidente de Câmara, é logo no dia a seguir que assumirei a limpeza permanente”, assegurou.

O candidato social-democrata disse ainda “nem acreditar” que António Costa tenha levantado a “questão de repartição de competências para justificar a falta de limpeza”.

Além de Fernando Seara, candidatam-se à presidência da Câmara de Lisboa nas eleições de 29 de Setembro, António Costa (PS), João Ferreira (CDU), João Semedo (BE), Nuno Correia da Silva (PPM/PND/PPV), Joana Miranda (PCTP-MRPP), Amândio Madaleno (PTP), Paulo Borges (PAN) e João Patrocínio (PNR).- Fonte: Lusa

## Comunicado do PSD

**A direcção Nacional do PSD comunica que no próximo dia 1 de Outubro, reunirão os seguintes órgãos da direcção nacional:**

Às 16h00 – Comissão Permanente (sede nacional);

Às 17h00 – Comissão Política Nacional do PSD (sede nacional);

Às 21h00 – Conselho Nacional (Hotel Sana, Av.ª Fontes Pereira de Melo, 8, em Lisboa).





**ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS**

# PSD APRESENTA LISTAS PRÓPRIAS EM 170 CONCELHOS E 2197 FREGUESIAS

A imensa obra realizada pelos autarcas sociais-democratas, nos concelhos e freguesias em que venceram as últimas eleições, são, para os eleitores, a garantia do cumprimento das promessas com que eles se apresentam de novo perante o eleitorado. Dessa obra demos testemunho, ao longo de mais de meia centena de entrevistas que temos vindo a publicar desde há mais de um ano.

O Partido Social Democrata concorre às Eleições Autárquicas de 12 de Dezembro apresentando listas próprias em 170 concelhos e 2.197 freguesias, com um total de 37.412 candidatos.

O que foi feito, ao nível das autarquias sociais-democratas, de 1976 até hoje, representou, na grande maioria delas, o arrancar do letargo, de um subdesenvolvimento que se tornara crónico, até uma etapa de renovação e progresso. Mas muito mais será feito: o que está expresso nos programas apresentados por todo o País, sob o emblema do PSD.

A alguns desses programas fazemos referência nas págs. 15 e 16.

Para além de concorrer com listas próprias, o PSD com os restantes parceiros da Aliança Democrática, está também presente em listas da AD.

*Pinto Balsemão no centro do País*

## Melhor homenagem a Sá Carneiro é ganharmos as eleições autárquicas

“A melhor homenagem que os sociais-democratas podem prestar a Sá Carneiro é ganharem as eleições autárquicas” — declarou Pinto Balsemão, sábado, nas Caldas da Rainha.

Na dupla qualidade de Primeiro-Ministro e de presidente do PSD, Pinto Balsemão esteve no final da passada semana e início da actual de intensas actividades que o levaram ao Norte, Centro e Sul do País.

Naquele dia — sábado — o presidente do PSD esteve em Peniche, Alvaiázere e Pombal, além das Caldas da Rainha. Aqui, Pinto Balsemão salientou o “espírito de unidade”

que foi encontrar entre os sociais-democratas da vila, após o que disse ser necessário manter um “espírito de campanha” não só tendo em vista as eleições autárquicas mas também para resolver os problemas nacionais.

Justificando esse espírito de campanha, o líder social-democrata chamou a atenção para a crise económica generalizada, que obriga todos os governos a adoptarem medidas adequadas à situação. “Das crises económicas resultam

as crises políticas” — salientou o presidente do nosso partido.

Durante um almoço em que foram apresentados os candidatos, pelo PSD, das Caldas da Rainha às eleições autárquicas de Dezembro, Pinto Balsemão disse, acerca do poder local, que há necessidade de “dividir e partilhar” o poder com aqueles que, por estarem à frente das autarquias, têm mais possibilidades de resolver os problemas. Nas Caldas da Rainha, o PSD concorre isoladamente às autárquicas, com José Mesquita

*Continua na pág. 9*

*Ministro Viana Baptista*

## GOVERNO É EQUILIBRAR INTERESSES ANTAGÓNICOS



Governar é equilibrar, em termos dinâmicos, interesses antagonicos — afirmou o Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes na cerimónia de posse do novo presidente da CP e de gestores da CNN e Transtejo, realizada no passado dia 16.

“Ignorar tais realidades será uma tentação de regresso a um passado em que se ocultava a realidade económica e a gestão pública mais não era do que a execução de ordens do Governo” — acrescentou Viana Baptista. A seguir transcrevemos as passagens mais significativas do discurso então proferido por Viana Baptista.

Nos últimos tempos todas as forças sociais e políticas têm feito afirmações, naturalmente diversas, sobre o sector empresarial do Estado. Enquanto para alguns ele é intocável porque é público, para outros ele deve ser objecto de rigor extremo também porque é público.

Pensamos que é a natureza de certas actividades que terá de prevalecer na definição do que deve ser sector público; não será apenas o valor de uma disposição legal rígida, mas sim e principalmente, a apreciação lógica (e não emotiva) que deverá ser respeitada. A natureza do serviço a prestar será o primeiro factor a considerar; assim, deverá ser o sector público a garantir a prestação de serviços públicos de interesse marcadamente social. Nestes casos, incumbe ao Estado

organizar, de forma equilibrada, a atribuição de recursos públicos para satisfazer as necessidades sociais, surgindo em consequência uma acção tutelar indispensável, a qual, contudo, não deverá ser confundida com administração directa ou com alienação da responsabilidade da gestão empresarial.

Na grande maioria destes casos, o volume de recursos financeiros necessários aos investimentos e a baixa rentabilidade interna, consequente das imposições de tarifas sociais, configuram um quadro desmotivador de qualquer iniciativa privada. Com efeito, tendo em atenção as necessidades sociais, incumbe ao Estado impor condições obrigatórias para a

*Continua na pág. 2*

«POVO LIVRE»

Devido a problemas de ordem técnica, “Povo Livre”, no último número, saiu apenas com 8 páginas. É essa a razão porque hoje a edição sai mais encorpada. Na próxima semana, e conforme anunciamos, o nosso jornal sairá já com a paginação, decidida, de 12 páginas.

25 de NOV.

VOTA A

FOR UM SINDICALISMO LIVRE E INDEPENDENTE

UGT

AVEIRO  
C. BRANCO  
COIMBRA  
GUARDA  
LEIRIA  
VISEU

SINDICATO DOS PROFESSORES DA ZONA CENTRO

(PROGRAMA DE ACÇÃO NA PÁG. 6)

Edição n.º 435 do “Povo Livre”, de 24 de Novembro de 1982. Destaques: “Eleições autárquicas: PSD apresenta listas próprias em 170 concelhos e 2197 freguesias”; “Pinto Balsemão no centro do País: Melhor homenagem a Sá Carneiro é ganharmos as eleições autárquicas”. José Silva Marques era o director do órgão oficial do PSD.



Comício na Avenida Central juntou milhares de pessoas

## “Braga merece o melhor”



Milhares de pessoas estiveram presentes no comício da coligação “Juntos Por Braga” na Avenida Central, dia 22, manifestando o seu apoio à candidatura liderada por Ricardo Rio, num comício que se iniciou com o Grupo Folclórico Infantil e Juvenil do Carreiro e que fechou com a música de Quim Barreiros.

Na ocasião, Ricardo Rio referiu que a coligação “Juntos Por Braga” manteve sempre uma postura construtiva e responsável, primando por “fazendo acontecer” mesmo sem estar no poder. “Fizemos acontecer com várias propostas em muitas áreas, que foram chumbadas numa fase inicial e mais tarde recuperadas e apresentadas como propostas do executivo socialista. Trouxemos para discussão pública prioridades questões como o ambiente, as Sete Fontes ou o património, áreas esquecidas ao longo do tempo e que por via do nosso trabalho e intervenção são agora supostas bandeiras de quem se apresenta a votos”, sublinhou, enfatizando que tem um “orgulho enorme” do trabalho que efectuou enquanto vereador da oposição.

Nesse sentido, Ricardo Rio criticou a postura de Vítor Sousa, que afirmou não estar disponível para assumir o cargo de vereador no executivo municipal se perder as próximas eleições. “Mas é uma decisão que compreendo, porque enquanto vereador da oposição não se podem fazer favores para os amigos, nem negociatas e nem sequer se pode obter a reforma aos 45 anos, que é o que verdadeiramente interessa à maioria socialista. Uma coisa é certa: quem não serve para vereador da oposição, também não serve para presidente”, afirmou, lamentando que estejam a usar a confiança dos eleitores apenas em benefício próprio e não em benefício de todos os Bracarenses: “Ao longo dos anos, assumi funções como vereador da Câmara e deputado municipal, sempre em defesa dos interesses das populações”.

Rio destacou como prioridades imediatas a revogação do alargamento dos parâmetros, a redução dos impostos municipais e das taxas às IPSS e a criação de uma já há muito anunciado pelouro de ligação à Universidade, terminando com o “divórcio” entre a autarquia e a instituição que mais contribui para o crescimento do concelho e a criação de um serviço municipal de apoio



domiciliário, que batendo porta a porta irá identificar as carências dos idosos do concelho. “Sabemos perfeitamente o que queremos e o que Braga necessita. O nosso programa foi construído com base no diálogo e na procura de consensos, com o objetivo de melhorar Braga. Este é um programa que não é só nosso, é de todos os Bracarenses”, disse, assegurando que o seu executivo terá as portas abertas para receber todos os que o procurarem e necessitarem de ajuda.

Ricardo Rio garantiu que a discriminação em relação às Juntas de Freguesia praticada pelo atual executivo da Câmara Municipal irá terminar no dia 29 de Setembro. “Irei receber e tratar todos os presidentes da junta de igual modo, independentemente da sua cor política, para debater com eles os investimentos e os projetos mais prioritários para as respectivas freguesias”, assegurou.

Ricardo Rio reafirmou ainda que o reforço da competitividade económica do concelho será uma prioridade, destacando a importância de dar todas as condições

aos empresários para que estes possam desenvolver a sua atividade em Braga. “Trabalharemos no sentido de captar investimento e qualificar os parques empresariais, contribuindo assim para a criação de emprego e geração de riqueza”, acredita.

No que se refere à juventude e à actividade cultural, Rio destacou que pretende abrir o Theatro Circo à comunidade e fazer do GNRation o principal polo agregador das atividades para os jovens. “Isto estará integrado numa lógica de uma verdadeira requalificação do centro da cidade, que não se limite a ajeitar passeios mas que contribua para trazer gente e animação para a cidade”, disse.

Por fim, o candidato à Câmara Municipal de Braga fez questão de notar que não existem vencedores antecipados nas próximas eleições. “No dia 29, começamos todos empatados, e independentemente das sondagens que nos dão vantagem, é fundamental que todos vão votar e que votam na candidatura certa, a única que garante a mudança: a dos Juntos Por Braga”, destacou.



# “Autarcas do PSD/Açores trabalham para o progresso das suas terras”



As próximas eleições autárquicas “têm como objectivo escolher as melhores equipas e os melhores projectos para os municípios dos Açores e não andar a procurar desculpas para o que o governo regional não faz”, defendeu sábado, dia 21, o presidente do PSD/Açores.

Duarte Freitas, que discursava num comício de apoio à candidatura de Rogério Frias à presidência da câmara do Nordeste, lamentou “que alguns tentem transformar estas eleições em outra coisa qualquer”, mas manifestou-se convicto de que “os açorianos saberão distinguir entre quem, como o PSD/Açores, está preocupado com o desenvolvimento dos nossos concelhos e quem, como outros, se escondem atrás de cortinas de fumo”.

Na verdade, reforçou o líder dos sociais-democratas açorianos, o exemplo do Nordeste, “é apenas mais um caso, de vários na Região, em que o candidato do PSD/Açores tenta puxar o seu concelho para cima ao mesmo tempo que o candidato socialista andou sempre a puxar o concelho para baixo”.

O presidente do PSD/Açores deu como exemplo o que aconteceu nos últimos meses, quando “a câmara do Nordeste e a população protestavam contra o encerramento nocturno do centro de saúde e o candidato do PS andava a justificar a medida do governo e a procurar desculpas para justificar essa decisão”.

“O candidato do PS esteve sempre calado nestes anos quando o governo não cumpriu o que prometeu ao Nordeste e agora diz que vai fazer tudo”, lamentou.

“Não queremos um presidente de câmara que seja a voz das desculpas do governo no Nordeste, queremos um presidente que seja a voz dos nordestenses junto de quem for necessário e sempre que for necessário”, disse.

Para Duarte Freitas, “não faz, por isso, sentido o único argumento que os socialistas têm apresentado nestas eleições: o de que se deve votar nesse partido para a câmara ter a mesma cor partidária do governo. Nos últimos quatro anos todas as câmaras socialistas da Região pioraram”.

Para Duarte Freitas, esse exemplo é evidente em São Miguel: “na Lagoa temos uma dívida que condiciona as gerações futuras, em Vila Franca os cidadãos lamentam o dia em que votaram no PS para a câmara, na Povoação escolheram asfixiar as pessoas e as famílias só para se poderem queixar da herança e aqui ao lado, a Ribeira Grande é um descalabro em que se descobre todos os dias que a autarquia gastou nos últimos anos milhões de euros em obras mal feitas e agora anda a prometer gastar mais milhões para fazer tudo de novo”.

“Não é isto que queremos para o Nordeste nem para os nossos concelhos nos Açores”, assegurou.

“Nestas eleições apresentamos as melhores listas para cada um dos concelhos. Autarcas realistas, comprometidos apenas com os cidadãos dos seus concelhos, que não sacrificam as pessoas da sua terra em nome de táticas partidárias ocultas”, concluiu.

## “Trabalhamos com todos”, garante José Manuel Bolieiro

A Câmara Municipal de Ponta Delgada “trabalha com todos, para todos e sem esquecer ninguém”, garantiu o candidato do PSD/Açores à presidência da autarquia, referindo que “todos os dias esta atitude pode ser facilmente comprovada com exemplos concretos”.

José Manuel Bolieiro, contactou com cidadãos em diversas freguesias da costa norte do concelho, falava em São Vicente Ferreira, local que considerou “um dos exemplos onde tem sido feito esse trabalho, sem olhar a diferenças partidárias e em nome do bem comum”.

“Eu quero ser o presidente de todos os cidadãos de Ponta Delgada. Quero ajudar as suas instituições a crescer e trabalhar para construir um futuro melhor para todos”.

Para o candidato, que é também o actual presidente da autarquia, “na câmara municipal temos dado esse exemplo, muito forte, de que trabalhamos para unir e não para dividir”.

“Nós apresentamos uma equipa e um projecto que pensa em todos e não esquece ninguém”, referiu.

“O concelho de Ponta Delgada é um todo. A cidade e as suas freguesias rurais. O nosso projecto inclui todos e toda esta realidade”, assegurou.

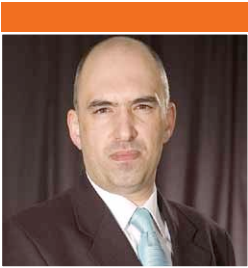
José Manuel Bolieiro lamenta apenas “que nem todos estejam focados nessa necessidade”, como se evidencia “no tom negativo” que tem vindo a ouvir de alguns adversários “como se fossem um exemplo de alguma coisa”.

“Há quem acuse a autarquia de ter esquecido tudo ou de não ter feito nada. É uma visão completamente errada da nossa actuação. Temos as nossas contas equilibradas, praticamos uma boa gestão e a obra da autarquia é visível. Queremos continuar para fazer aquilo que ainda não foi feito. A quem tudo promete acontece uma de duas coisas: ou não cumpre com as promessas ou coloca a gestão da autarquia em perigo”, alertou.

Para José Manuel Bolieiro, a costa norte do concelho de Ponta Delgada “tem grandes potencialidades e será um activo na gestão autárquica”.







## A Lisboa insegura de António Costa

Paulo Pereira de Almeida (\*)

Nas eleições autárquicas deste mês de Setembro existe um favoritismo de alguns candidatos, no qual se inclui o actual presidente da Câmara Municipal de Lisboa (CML), o candidato do Partido Socialista (PS) António Costa. Contudo - e se deixarmos de lado a inevitável influência dos meios de comunicação social nos resultados (e na imagem) dos políticos - estou certo de que podemos encontrar um conjunto de preocupações em matéria de segurança que ficam como herança de António Costa. Nesta pesada herança podemos - em meu entender - colocar seguramente tanto indicadores situacionais e objectivos como também indicadores subjectivos.

Quanto a indicadores objectivos de uma Lisboa insegura, estes são, hoje, bem visíveis na falta de cuidado na manutenção dos espaços públicos, na falta de aplicação da legislação referente à venda de bebidas alcoólicas, nos graffiti que descaracterizam a cidade e - sobretudo - na falta de limpeza e de organização na recolha de resíduos urbanos. Além destes - e para cúmulo -, só agora assistimos a algum cuidado (estamos próximos de eleições...) na manutenção dos pavimentos e na sua pintura, depois de largos meses em que vias de circulação rodoviária tão importantes como a Segunda Circular chegaram a apresentar buracos, com as respectivas consequências para a falta de segurança dos automobilistas. Já relativamente a indicadores subjectivos de uma Lisboa insegura, os inquéritos recentes e as reacções das populações são - a meu ver - o que melhor traduz esta falta de cuidado com a segurança urbana. Sendo certo que em Lisboa e no Porto se concentra mais de 50% da criminalidade participada às polícias, a verdade é que não se viu durante este mandato de António Costa qualquer preocupação visível com o aumento do patrulhamento policial de proximidade ou com os chamados comportamentos anti-sociais. Além disso - e para cúmulo - houve greves de trabalhadores de estabelecimentos comerciais em protesto contra a falta de condições de segurança, pais a fecharem escolas em protesto contra o tráfico de droga e presidentes de juntas de freguesia a temerem que os populares fizessem justiça pelas próprias mãos e se organizassem em milícias.

Bem sei - naturalmente - que terão existido algumas medidas positivas tomadas durante este último mandato de António Costa enquanto presidente da CML. Mas também acredito que são - no momento presente - o oportunismo e a oportunidade política que movem o futuro do candidato do PS, um residente em Sintra que - todos sabemos - ambiciona outros cargos políticos...

(\*) Doutoramento em Sociologia e colunista ©DN



## Nada de espantar

Vasco Pulido Valente (\*)

Joaquim Pedro Oliveira Martins (que não se parece nada com o neto ou trineto) foi o homem que melhor percebeu o Portugal da segunda metade do século XIX. Os políticos de falar hoje constantemente de "erros do passado", mas sem nunca explicar de que "erros" se trata e sem nunca dizer com alguma clareza o que espera o País. Com outro carácter e coragem, Oliveira Martins escreveu, em 1894, que a "nação" "se encontrava" perante uma pergunta "vital": «Há ou não há recursos bastantes, intelectuais, morais, sobretudo económicos, para subsistir como povo autónomo dentro das estreitas fronteiras portuguesas?» Como se chegou aqui em 1894 e como se chegou aqui em 2013? Num artigo breve e claro, Oliveira Martins tenta responder às perguntas do fim do século XIX.

E a resposta só surpreenderá o pior analfabeto em circulação.

Em 1851, no começo da maior expansão do capitalismo na Europa, as potências financeiras do tempo (a Inglaterra e a França) voltaram a ver em Portugal uma boa oportunidade "a explorar" e as bolsas, "passando a esponja do esquecimento" sobre as "bancarrotas" anteriores, "abriram os seus cofres". Em 40 anos, o nosso "Tesouro Público (...) conseguiu obter por empréstimo uma soma aproximada de 90 milhões esterlinos efectivos, em bom ouro". O resultado acabou por ser um "cenário", "que dava a Portugal a aparência de um país rico", "coalhado" de caminhos-de-ferro e também de estradas, com dois portos modernos, Lisboa e Leixões. E os governos iam garantindo a paz doméstica com o "comunismo burocrático", que vinha substituir o antigo "comunismo monacal": o Estado contratou "muitos milhares de funcionários, mais ou menos opiparadamente prebendados", "a legião nova dos beneficiados de obras públicas" e centenas de concessionários, que rapidamente enriqueceram. Infelizmente, não se podia viver "salariando a ociosidade" e "suprindo a escassez do trabalho interno com subsídios oficiais", à custa do dinheiro de fora. Portugal não se aguentaria, se continuasse a depender de "recursos estranhos ou anormais" e não do "fruto" da sua produção e economia. Isto "não era segredo para ninguém mediocrementemente instruído". E não se deve considerar o fontismo um erro, como não se deve considerar a política da II República um erro ou uma série de erros. Nos dois casos, a "fortuna enganadora" do País serviu a ambição e o interesse da facção política que elite que tomou conta do regime; e de uma classe média ignorante, cretinizada pelas aparências e facilidades. E quem se espantar, que se espante primeiro de si.

(\*) Professor Universitário, Historiador, Cronista ©Público





**CONVOCATÓRIAS DO PSD**

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**(ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE  
AO POVO LIVRE ANTERIOR)****PINHEL**

Ao abrigo dos estatutos nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Pinhel da JSD, para reunir no próximo dia 19 de Outubro de 2013, pelas 20h00, na sede do PSD/Pinhel, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Secção.

Nota: O ato eleitoral decorrerá entre as 20h00 e as 22h00.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24 horas do dia 16 de Outubro na sede do PSD/Pinhel, Rua Goa, nº 1, 6400-337 Pinhel.

**ALCOCHETE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se os militantes da Concelhia da JSD de Alcochete, para reunirem em plenário no dia 5 de Outubro de 2013, na sede de concelhia do PSD de Alcochete, sita na Rua do Paço número 8, pelas 18:00 com os seguintes pontos da ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Balanço das Eleições Autárquicas;
3. Planeamento de Actividades;
4. Análise da Situação Política.

**CONSELHO REGIONAL DA JSD SANTARÉM**

Nos termos dos Estatutos da JSD e Regulamento dos Conselhos Regionais, convoca-se o Conselho Regional da JSD Santarém, para reunir no próximo dia 18 de Outubro, pelas 21h30, na sede Distrital do PSD, Calçada de Mem Ramires, 10 - 1º, 2000 Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise dos resultados das eleições Autárquicas no Distrito de Santarém;
- 2 - Análise da participação das secções nas campanhas dos seus Conselhos;
- 3 - Outros assuntos.

# AUTÁRQUICAS

# 2013

**Conheça a nova plataforma do PSD para as Autárquicas 2013****[www.autarquicaspsd.pt](http://www.autarquicaspsd.pt)**